

## Índice

Queimar livros ou aprender com o passado? .....	1
---	---

### Queimar livros ou aprender com o passado?

A “cultura do cancelamento” chegou à literatura infanto-juvenil (LIJ). Em diversos países, são retirados livros que até há pouco tempo brilhavam nas estantes das bibliotecas e das escolas, mas que agora são considerados ofensivos para certas minorias. Por bem intencionada que seja, semelhante purga reduz oportunidades para extrair lições do passado.

Há pouco tempo, foram destruídos no Canadá mais de 4700 livros, incluindo exemplares de Astérix e Tintim, porque, na opinião dos responsáveis, havia neles conteúdos ofensivos para os naturais dos povos, e a medida, supostamente, favoreceria a reconciliação com esses povos.

Em 2020, uma escola de Barcelona retirou da sua biblioteca 200 contos infantis, incluindo contos populares tradicionais, por considerá-los tóxicos devido a não estarem escritos com uma perspectiva de género.

Nos últimos anos, tem havido notícias diversas na mesma linha: entre muitas outras, que alguns veganos protestaram contra o poema e álbum infantil “We’re Going on a Bear Hunt”, e que uma universidade norte-americana proibiu “Moby Dick” por falar da caça de baleias (e por outras coisas).

### Hipersensibilidade seletiva

Na história da LIJ têm acontecido coisas muito parecidas. Como se supõe que as crianças, em princípio, não têm sentido crítico, nem perspetiva histórica, nem capacidade analítica, nem maturidade suficiente..., os adultos sempre filtraram os livros que lhes dão. Como desejam o maior controlo social possível, os regimes ditatoriais sempre proibiram determinado tipo de livros e impuseram outros, pois acham que assim vão moldar as mentes das novas gerações.

Mas é verdade que nestes modos de atuar existem novidades nos últimos tempos: que instituições pretensamente neutras, ou assim consideradas, não atuam em conformidade; que há muitos funcionários e educadores que se consideram com direito não só a doutrinar os seus próprios filhos, como também os dos outros; e, sobretudo, que a hipersensibilidade de certas pessoas e organizações para determinados assuntos, nos quais não se tolera a liberdade de opinião, não existe para outros temas onde se reclama o direito de cada um pensar e comportar-se como quiser.

Em relação a esta avaliação com dois pesos e duas medidas, um exemplo. Na secção de livros juvenis de uma biblioteca pública havia recentemente, colocadas em lugar destacado, estantes com sinais atraentes de *proibida a entrada* e, nelas, livros com rótulos onde se dizia que foram censurados por alguma coisa no passado, incentivando-se calorosamente o leitor a que os levasse para os ler e assim poder formar a sua própria opinião (isto, evidentemente, faz pensar em como as consequências que derivam de banir ou condenar livros podem acabar por ser as contrárias das desejadas por aqueles que o fazem).

A estratégia para motivar o leitor jovem é eficaz, sem entrar agora no facto de se colocarem ao mesmo nível livros de qualidade diversa que, além disso, haviam sido rejeitados por razões e pessoas diferentes. No entanto, como se sabe, nem bibliotecas como as das notícias do início deste artigo, nem a biblioteca há pouco referida, pensarão alguma vez em atizar a curiosidade dos leitores para livros classificados como ofensivos para as minorias que têm a etiqueta de vítimas perante a opinião pública.

Por outro lado, na LIJ há também uma longa e lógica tradição de que os desenlaces dos contos sejam de esperança, algo que alguns confundem com serem tranquilizantes a qualquer preço. Referiu-se Claudio Magris, num dos artigos que integram "[Istantanee](#)" ("Aceprensa", 29.2.2020), "aos editores que impõem – com frequência, ao que parece, nos EUA – um final feliz a um romance que o autor havia terminado em tragédia ou vice-versa, segundo os cálculos da audiência do momento". E ironizava quando escrevia que acomodar assim os livros antigos daria "trabalho a legiões de literatos no desemprego" e "até a história da literatura se enriqueceria com todas estas variantes": cada livro seria personalizado e pré-fabricado à medida do possível leitor, teríamos uma biblioteca de Babel multiplicada, "todos ficariam contentes, confirmados nas suas expectativas e pretensões próprias e nunca questionados pelas suas convicções".

## A princesa e a ervilha

É clarificador observar o que se passa com um olhar algo humorístico, e mostrar assim as contradições internas de um mundo onde os contos se modificam para não ferir sensibilidades. A esse respeito, recorde-se que, em meados dos anos noventa do século passado, pouco tempo depois de algumas palavras ou expressões habituais terem começado a ser mal vistas nos EUA, o escritor norte-americano James Finn Garner publicou "Politically Correct Bedtime Stories: Modern Tales for Our Life and Times", "Politically Correct Holiday Stories: For an Enlightened Yuletide Season" e "Once upon a More Enlightened Time: More Politically Correct Bedtime Stories", recolhas em que revisitava contos populares e fábulas e contos tradicionais. O autor dirigia-se a um leitor-cúmplice, conhecedor dessas histórias, e introduzia-o num jogo de paralelismos e contrastes, com um propósito "educativo": entre outras coisas, afirmava que os seus contos queriam ajudar a evitar preconceitos sexistas e a conseguir uma "imaginação progressivamente justa".

Conseguia o seu objetivo, pois algumas ridículas suscetibilidades eram reduzidas ao absurdo com golpes de avassaladora hilaridade: "O Patinho Feio" era "o patinho que conseguiu ver-se julgado pelos seus próprios méritos e não pelo seu aspeto pessoal"; "A Bela Adormecida" era "a pessoa adormecida com uma beleza superior à média" – o narrador indica que era uma mulher "inteligente, compreensiva e culta pelos seus próprios

meios", mas que referir "até que ponto era ou não também fisicamente atraente é algo que carece aqui de importância e que dependeria unicamente do modelo de beleza de cada um"; "Rapunzel" começava do seguinte modo: "Era uma vez um bate-chapas economicamente desfavorecido que vivia com a sua mulher. A sua falta de bem-estar material não deve significar que o conjunto dos bate-chapas formem um grupo economicamente marginalizado, nem que, a ser assim, mereçam sofrer essa condição", etc.

Não sei se os recomendáveis livros de Finn Garner se poderiam publicar hoje pacificamente. Seja como for, a verdade é que agora estamos numa situação em que qualquer pessoa pode declarar-se ofendida com um livro, e até devido à alusão mais insuspeita e inocente.

Embora se refira à intolerância em face da dor física, explica-o bem o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han no seu livro "[Die Palliativegesellschaft](#)" ("Aceprensa", 7.7.2021) quando refere que "o conto de Hans Christian Andersen, 'A Princesa e a Ervilha', se pode ler como uma parábola da hipersensibilidade do indivíduo da Modernidade tardia. Uma ervilha debaixo do colchão causa à futura princesa tanta dor que passa uma noite sem dormir. As pessoas padecem hoje da 'síndrome da princesa e a ervilha'. O paradoxo desta síndrome de dor é que consiste em cada vez se sofrer mais por cada vez menos"; e, mais ainda, se viesse a desaparecer a dolorosa ervilha, então as pessoas começariam a sentir dores, porque os colchões são moles.

## Didatismo desfocado

Os motivos que alguns têm para rejeitar certos livros infantis e juvenis têm por base desejos educativos desfocados. Ao pensar naqueles que, com boas intenções e não com objetivos retorcidos – que é o habitual na LIJ –, decidem eliminar livros como os indicados no princípio deste texto, ajuda ter em conta que uma visão muito educativa pode levar ao excesso num sentido ou noutro: querer proteger as crianças, e super protegê-las tentando que não leiam algumas obras de ficção. E o contrário também acontece: querer tratá-las com afeto, e ser demasiado condescendentes, deixando-as ler qualquer coisa.

Refira-se também que, na LIJ, uma visão muito literária pode levar a uma crítica excessiva de livros que, embora não sejam de qualidade excepcional, podem cumprir bem o seu papel; ou pode levar a uma contenção excessiva, como a de deixar tudo nas mãos da criança leitora, não tendo em conta a evidência de que uma criança não tem a maturidade suficiente e normalmente necessita, e inclusivamente muitas vezes a pede, de algumas explicações.

Dando por adquirido que cada situação é diferente – o que também significa que se deve fugir como da peste do "café para todos", ou das "proibições ou imposições para todos" –, aos

adultos desejosos de ajudar as crianças há que lhes dizer algumas coisas. Que devem procurar não defender boas causas – como o desejo de que um livro não cause danos – com maus argumentos – como os que dá quem emite juízos errados sobre o livro. Que devem ter em conta que, se ninguém costuma oferecer de modo frontal lições de moral que consideramos grosseiramente falsas – a superioridade de uma raça, por exemplo –, existem histórias que pretendem obter conclusões de tipo geral a partir de exceções a comportamentos humanos universais. Que devem também considerar que uma história pode ser credível em si mesma – um homem branco em concreto pode ser intelectualmente superior a um negro em concreto –, mas pode ser problemática para o recetor que não compreende a narrativa como narrativa e a exceção como exceção.

Também pode acontecer que os leitores adultos, ainda que se confundam ao julgar os méritos de um livro, não o façam quando pensam nos efeitos intelectuais ou emocionais que pode causar nos leitores jovens. Neste sentido, pode afirmar-se que assim como os contos verdadeiramente populares – os comprovados com a experiência de muitas pessoas ao longo dos séculos – tentam dizer a verdade, não se pode dizer o mesmo de muitos contos de hoje que simplesmente procuram, consciente ou inconscientemente, estar alinhados com os sentimentos que imperam no momento e adocicar uma realidade que às vezes é amarga.

É uma comparação útil a de pensar que as obras de ficção são como simuladores de voo dos sentimentos e que, portanto, haverá problemas no futuro se os simuladores com os quais se treina quando jovem são enganadores. Um exemplo clássico: o final triste de “Capuchinho Vermelho” de Charles Perrault tem um claro valor formativo: o autor compôs a sua história como um conto de advertência; pelo contrário, o final complacente de “Capuchinho Vermelho” dos irmãos Grimm é pensado para não deixar qualquer inquietação nos leitores: encaixa na visão do mundo Disney, onde tudo termina de modo feliz graças a um lenhador que casualmente passava por ali.

### Uma receção mediatizada

Outro dos motivos mais comuns por detrás de algumas proibições de livros, e por detrás de que tantos os apoiem sem protestos, é o de algumas pessoas não compreenderem a ironia nem a natureza da ficção e só serem capazes de ler as coisas literalmente. Essas mesmas pessoas, logicamente, têm o receio de que a criança também entenda as coisas como elas e, por exemplo, não saiba ver as caricaturas como retratos que acentuam muito traços característicos e ocultam outros. Por vezes, é verdade, a ironia pode ser excessiva e mesmo prejudicial, mas, na maioria dos casos, recebê-la do modo apropriado depende da capacidade do recetor para dar às coisas o seu justo peso e para conectar mais ou menos com um determinado tipo de humor.

O que foi dito tem a ver com as condições em que cada leitor tem acesso aos livros. Uma é que, se na verdade, as obras de ficção têm um grande poder e podem ter um impacto enorme no leitor criança, também o é o facto de tal impacto ser mediatizado por muitas coisas, incluindo a sua própria falta de atenção. Por isso, embora haja motivos para ter uma prevenção razoável diante de uma narrativa, convém confiar na capacidade de discernimento do leitor criança, que muitas vezes pode distinguir bem a verdade do que lê e pode tirar as suas próprias conclusões, além de que chegar à maturidade leva sempre tempo.

Outra é que a receção de uma obra de ficção não é apenas pessoal, como também coletiva: as nossas opiniões mudam ou ajustam-se quando as comentamos com outros e, além disso, são condicionadas pelos valores sociais do momento. Normalmente do que se trata, é de dar ao leitor jovem mais elementos de juízo que lhe permitam entender melhor o que leu e viu; por isto, tem interesse tanto que os educadores lhes ofereçam possibilidades diversas que lhes abram a mente, como que conheçam pessoalmente os livros que leem ou vejam os filmes que veem.

Uma terceira é que as exigências visuais e filosóficas da época, que determinam o estilo, influem em que aceitemos ou não algo: por exemplo, num mundo “jornalístico” como o nosso, existe a procura de que as coisas ocorram como se nós as estivéssemos a presenciar. Daí que se deva atender – e ensinar a prestar atenção – sobretudo a que as nossas reações interiores de satisfação ou de recusa não costumem ser guiadas pela razão, mas por emoções que, frequentemente, não são nada consistentes e que até nos podem tornar injustos.

### A importância da literatura do passado

Relativamente ao empenho em distinguir o emotivo do racional, tem um papel decisivo conhecer a literatura do passado. Que haja uma queda constante da competência de leitura dos alunos, é o resultado lógico de não lhes terem sido dados os alicerces da formação literária, os quais só podem ser dados pelo conhecimento e pela compreensão dos melhores livros de séculos ou décadas passadas.

Os motivos indicam-os o filósofo francês François-Xavier Bellamy no seu livro “[Les deshérités](#)” (“Aceprensa”, 25.7.2018), quando explica que hoje muitos leem “as obras do passado para as encerrar no seu passado, para as privar dessa atualidade que parecia caracterizá-las”. Ao leitor contemporâneo foi-lhe ensinado a colocar-se diante desses livros com a atitude de quem está convencido da sua superioridade moral e, portanto, proíbem a obra “que nada lhe transmite” e “proíbe-se receber dela o que quer que seja”; diz-se que se posicione “sobre ela para poder julgá-la melhor, em vez de entrar em relação com ela para herdar o que pode ensinar-nos hoje. E deste modo mata-a, de algum modo; reduz a nada, em qualquer caso, a possibilidade

da sua fecundidade atual, que constituía o motivo do nosso interesse por ela. Transforma-a em fósfil”.

Mas a importância de conhecer os livros do passado tal como foram escritos vai muito além de que assim se aumenta a competência de leitura ou o nível cultural de alguém. Ao comentar uma polémica norte-americana sobre “As Aventuras de Huckleberry Finn”, interroga-se Irene Vallejo em [“El infinito en un junco”](#) (“Aceprensa”, 23.10.2019) se os livros infantis e juvenis são obras literárias complexas ou manuais de conduta, e afirma: “Um Huck Finn saneado pode ensinar muito aos jovens leitores, mas rouba-lhes um ensinamento essencial: que houve um tempo durante o qual quase toda a gente designava por “pretos” (*nigger*) os seus escravos e que, devido a essa história de opressão, a palavra converteu-se num tabu. Não é por eliminar dos livros tudo o que nos pareça inapropriado, que iremos salvar os jovens das más ideias. Pelo contrário, iremos torná-los incapazes de as reconhecer”.

E, mais à frente, citando Flannery O’Connor – “quem lê apenas livros edificantes segue um caminho seguro mas sem esperança”, “quem lê um bom romance sabe que se está a passar alguma coisa consigo” –, refere que “sentir um certo incómodo faz parte da experiência de ler um livro; há muito mais pedagogia na inquietação do que no alívio. Podemos fazer passar pelo bloco operatório toda a literatura do passado para submetê-la a uma cirurgia plástica, mas aí deixará de explicar-nos o mundo”.

L. D. G.